

política

Juliana defende incentivos a veículos elétricos e híbridos

Pré-candidata do PDT é favorável à proposta de ampliar isenção do IPVA



Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

Incentivo no Rio Grande do Sul aos veículos elétricos e híbridos, com a manutenção da isenção do IPVA para veículos elétricos e avaliação de benefícios semelhantes para veículos híbridos. Estes são alguns dos compromissos apresentados pela pré-candidata da oposição ao governo do Rio Grande do Sul, Juliana Brizola (PDT), Presidente Nacional das Mulheres do PDT. A ex-deputada estadual por três mandatos, e única mulher na disputa do Palácio Piratini, participou da reunião-almoço no Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no RS (Sincodiv/RS) realizada nesta terça-feira.

O sindicato que representa 750 concessionárias no Estado e é responsável por 25 mil empregos diretos apresentou à pré-candidata pedetista pautas relacionadas ao setor automotivo. Juliana disse que entre as propostas para o setor estão a atração de investimentos ligados à transição energética. “O Rio Grande do Sul pode ser um dos estados líderes na venda de veículos eletrificados. A nossa proposta também é ampliar a isenção do IPVA para motos de até 200 cilindradas”, ressalta.

Durante a atividade no sindicato, Juliana Brizola abordou temas relacionados à educação, saú-



Juliana Brizola participou de reunião-almoço do Sincodiv/RS nesta terça

de, segurança, desenvolvimento econômico, geração de empregos, infraestrutura e reconstrução do Rio Grande do Sul. “O Estado precisa sair dessa estagnação e a maneira correta é através do diálogo. Não temos como desenvolver o Rio Grande do Sul com a criação de mais impostos”, acrescenta.

Ao presidente do Sincodiv/RS, Jefferson Fürstenau, a ex-deputada pedetista disse que caso vença a eleição não tomará decisões sem conversar com os setores. “Acredito na previsibilidade e na segurança jurídica”, ressalta. Sobre Edegar Pretto (PT), vice-governador na chapa, Juliana disse que a união dos dois partidos ocorreu porque existe um entendimento de que o Rio Grande do Sul pode mais do que está sendo.

“Somos diferentes. Mas, resolvemos deixar nossas diferenças de lado e sentar na mesa e resolver os problemas através do diálogo”, acrescenta. A ex-deputada disse que a união do PDT e do PT é baseada no diálogo e na vontade de construir mesmo com quem pensa diferente.

Para Juliana Brizola, PDT e PT apresentam união estratégica e pragmática fundamentada na defesa da democracia e das instituições públicas. “A polarização não me interessa porque são narrativas vazias. O meu compromisso é com os interesses do Rio Grande do Sul e a busca por recursos em Brasília, independentemente de quem ocupe a presidência da República”, destaca.

A pré-candidata cumprirá uma agenda na Serra gaúcha entre quarta-feira (3) e sexta-feira (5). Ela terá encontros com lideranças políticas, representantes de entidades, empresários, trabalhadores e a sociedade para debater os desafios e as potencialidades da região. A atividade é chamada Movimento Coração Gaúcho, iniciativa que percorre o Estado para ouvir a população e construir o Plano de Desenvolvimento Integral da chapa para o Rio Grande do Sul. As atividades serão realizadas na quarta-feira em Caxias do Sul, na quinta-feira em Bento Gonçalves e Flores da Cunha, e na sexta-feira em Farroupilha.

Aprovada PEC que cria fundo para turismo gaúcho

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Os deputados estaduais gaúchos aprovaram nesta terça-feira, em segundo turno e por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece o Marco Legal do Turismo gaúcho e estipula a criação de um Fundo de Desenvolvimento do Turismo (Fundetur), cujos recursos devem ser destinados para o fomento deste setor. A proposição

tem autoria do deputado Guilherme Pasin (PP) e recebeu 47 votos favoráveis.

Um dos destaques da PEC é que ela se adapta à reforma tributária, ou seja, estabelece que os recursos destinados ao Fundetur tenham como “critério orientador” o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que está em fase de implementação a nível federal.

“Com a aprovação da reforma tributária, com a mudança da tributação da produção para o consumo, a gente garante com essa PEC que o turismo seja uma

política de Estado e não dependa de ações de governo. Garanta recursos para investimentos futuros e perenidade na compreensão de que o turismo passa a ser eixo central de desenvolvimento do nosso Estado”, argumentou Pasin.

Outro ponto é que a PEC prevê a execução de, no mínimo, 75% dos recursos disponíveis no fundo a cada ano. O proponente ainda estima que o Fundetur receba em torno de R\$ 200 milhões para fomentar o turismo já em 2027, no primeiro ano de vigência da proposta.

Deputados da CPI dos Pedágios confirmam depoimento de Leite

/ ESTRADAS

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Lideranças da CPI dos Pedágios confirmaram nesta terça-feira a presença do governador Eduardo Leite (PSD) em reunião do colegiado na próxima segunda-feira, a partir das 16h, para prestar depoimentos. Tanto o presidente da comissão, Papparico Bacchi (PL), quanto o relator, Miguel Rossetto (PT), garantiram acerto de data e roteiro da oitiva junto ao secretário-chefe da Casa Civil, Ranolfo Vieira Júnior, durante um encontro do titular da pasta com os parlamentares nesta segunda-feira. A Casa Civil, porém, disse que “o governo segue em tratativas com a Assembleia sobre a ida do governador para falar aos deputados”.

A CPI dos Pedágios foi instalada no início deste ano no Parlamento com o objetivo de investigar possíveis irregularidades nas concessões rodoviárias que estão sendo promovidas pela atual gestão, dos chamados Blocos 1, 2 e 3 de estradas estaduais. A ida de Leite para prestar esclarecimentos aos deputados havia sido confirmada pelo próprio governo, ainda no mês de fevereiro.

“Os membros da CPI tiveram um cuidado muito especial para construir a agenda do governador. Foram muitas idas e vindas, e nós formalizamos ontem (segunda-feira), às 17h30min, a proposta da CPI dos Pedágios ao governador, encaminhamos ao governo. Nós queremos acreditar que o governo possa vir, é a oportunidade que o governador tem de dizer para o Rio Grande do Sul porque ele tem tanta vontade de pedagogar”, afirmou o presidente Papparico Bacchi.

Já Rossetto garantiu ter acer-

tado junto ao secretário-chefe da Casa Civil inclusive o roteiro do depoimento. Em ofício encaminhado ao governo, está descrito que o presidente deve ter dez minutos para abrir a reunião, seguido por manifestação de dez minutos do relator e, após, manifestação de vinte minutos de Eduardo Leite. Depois da fala do governador, os demais deputados integrantes da CPI terão tempo para realizar seus questionamentos.

O documento solicita “a confirmação da presença” de Eduardo Leite na data e horário descritos no ofício. Ou seja, ainda é necessária uma oficialização da ida do governador à CPI por parte do governo, mas o presidente e o relator do colegiado garantem terem acertado diretamente com Ranolfo a data de segunda-feira às 16h para o depoimento.

De acordo com Rossetto, as perguntas a Eduardo Leite serão sobre o modelo de pedagogamento, os preços das tarifas e os atrasos nas obras do bloco 3, único já concedido à concessionária Caminhos da Serra Gaúcha (CSG). “A proposta que eu vou fazer é de revisar o Bloco 3 e suspender os Blocos 2 e 1”, afirmou o relator.

O Bloco 2, que envolve estradas do Vale do Taquari e Norte do Estado, tem leilão previsto para 10 de junho na B3, em São Paulo. Ou seja, dois dias após a data em que o governador deve prestar depoimentos sobre as concessões.

Já a proposta do Bloco 1 segue em elaboração do governo, e compreende rodovias da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Litoral. Aliás, na semana passada o vice-governador e pré-candidato da situação ao governo gaúcho, Gabriel Souza (MDB), afirmou que o Piratini apresentará neste mês de junho nova proposta de concessão do Bloco 1.



Parlamentares afirmam ter acertado roteiro e horário para sessão